*Edição nº 466 (setembro e outubro de 2026) da Revista da Previdência Complementar – publicação da Abrapp, ICSS, Sindapp, UniAbrapp e Conecta.

Caderno Técnico do Seminário Internacional UniAbrap, por Flávia Silva

Em maio de 2026, a UniAbrapp realizou, em Bogotá, na Colômbia, mais uma edição de seu Seminário Internacional, desta vez com olhos voltados para os vizinhos latino-americanos. Em comum, o desafio de fomentar a Previdência Complementar em meio a sistemas estatais de repartição por vezes “generosos” e altas taxas de informalidade no mercado de trabalho.

Os principais pontos das palestras realizadas ao longo dos três dias de evento são disponibilizados neste caderno técnico, no intuito de subsidiar, como de costume, o tão necessário debate doméstico sobre o fomento do setor.

Carolina Felix, Gerente de Programa e Operações, Coller Pensions Institute (Chile)

O envelhecimento avança em todas as regiões do globo, mas o acesso à aposentadoria permanece profundamente desigual. Enquanto 96,8% da população elegível nos países de alta renda recebe algum benefício previdenciário, a proporção cai para apenas 47,6% nas economias de renda média a baixa e para 12,7% nos países pobres. Em suma, hoje, mais de 2,2 bilhões de pessoas chegam à aposentadoria sem acesso a uma pensão.

“O envelhecimento é de fato um fenômeno global. A aposentadoria, em contrapartida, não é e não tem sido para todo mundo”, afirmou Carolina Cabrita Felix. A justificativa para a cobertura limitada está na informalidade. Mundialmente, 60% dos homens e 55% das mulheres trabalham na condição de informais. Na África, a taxa supera 80%; nas Américas, gira em torno de 35%.

No Brasil, a tendência é de queda e disparidades. No geral, o percentual caiu de 46%, em 2011, para aproximadamente 37%, em 2024. Mas a informalidade pode alcançar 60% nas regiões Norte e Nordeste, ante patamares de 20% a 30% no Sul e no Sudeste, desafio que se intensifica diante da transição demográfica.

A população brasileira deverá atingir seu ponto máximo por volta de 2041 ou 2042, diz Felix, para posteriormente começar a diminuir. Em paralelo, o contingente de pessoas com 65 anos ou mais irá aumentar. “O país envelhecerá antes de resolver a proteção previdenciária de parcela expressiva de seus trabalhadores”, analisa.

Sem contrato e contracheque – Foi a partir dessas constatações que o Coller Pensions Institute e a D3P Global buscaram estudar mais a fundo como ampliar a cobertura quando a relação tradicional entre empregado e empregador é inexistente. “O que precisamos fazer para cobrir essa população que não tem contrato nem contracheque?”, questionou a palestrante.

O estudo que serviu como base para a apresentação analisou programas previdenciários em 11 países da África, Ásia e América Latina, identificando o que os pesquisadores chamam de “barreira de 1%”. “Cobrir mais de 1% da população informal é extremamente difícil”, explicou Felix. Muitas das primeiras iniciativas, lançadas a partir do fim dos anos 2000 e início da década seguinte,

conseguiram abrir canais de participação, mas permaneceram abaixo desse patamar.

Uma segunda onda de reformas, no entanto, começa a produzir resultados mais expressivos. Malásia, Índia e Tailândia já alcançaram coberturas próximas de 10% a 15% dos trabalhadores informais, enquanto Ruanda avançou muito além dessa marca. Essas experiências compartilham incentivos financeiros relevantes com desenho flexível, infraestrutura digital, comunicação e mecanismos adaptados à realidade do trabalho informal.

(Continua...)

Clique aqui para ler a matéria completa na íntegra.

Fonte: Abrapp em Foco, em 05.11.2026.